



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

Caixa Econômica Federal
Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 03/04
Edifício Matriz I
CEP 70.092-900 - Brasília/DF

Ofício nº 0001/2025/DEGOV #PÚBLICO

Brasília, 31 de janeiro de 2025

A Sua Senhoria o Senhor
Ministro Jhonatan de Jesus
Tribunal de Contas da União - Gabinete do Ministro Jhonatan de Jesus
SAFS Quadra 4, Lote 1 - Brasília/DF

Assunto: Oitiva e adoção de medida cautelar

Referência: Processo TC 023.126/2024-8

Senhor Secretário,

I) BREVE RELATO

1. Com nossos cumprimentos, reportamo-nos aos Ofícios nº 57290/2024-TCU/Seproc e nº 57286/2024-TCU/Seproc, que determinam a manifestação Caixa Econômica Federal e a implementação de medidas que impeçam a realização de apostas de quota fixa com recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família.

1.1. Ofício nº 57286/2024 - Oitiva e adoção de medida cautelar:

b) adotar medida cautelar, inaudita altera pars, nos termos do art. 276, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, porquanto presentes os requisitos do periculum in mora e da fumaça do bom direito e ausente o perigo da demora reverso, determinando ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal que, no âmbito de suas competências:

b.1) adotem providências para impedir a participação em apostas de quota fixa com recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família;

b.2) adotem soluções técnicas imediatas com a finalidade de operacionalizar a vedação à participação em apostas de quota fixa com recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família;

c.1) utilização de recursos obtidos a partir de transferências de renda recebidas por beneficiários do Programa Bolsa Família para realização de apostas de quota fixa, em possível afronta aos arts. 3º, 5º e 7º da Lei 14.601/2023, comprometendo a legitimidade

e a finalidade do programa ao desviar recursos destinados à superação da vulnerabilidade social e à garantia de direitos básicos;

c.2) ausência de regras de fiscalização, de monitoramento e de sanção sobre o setor de apostas de quota fixa, caracterizando vácuo normativo que impede a devida proteção dos interesses sociais mais sensíveis e das camadas mais vulneráveis da população.

1.2. Diligência (Ofício nº 57290/2024) determina os seguintes documentos e informações:

d.1) as medidas adotadas no sentido de vedar a utilização de transferências de renda recebidas por beneficiários de programas sociais e assistenciais sob responsabilidade do governo federal para realização de apostas de quota fixa;

d.2) as medidas complementares planejadas voltadas ao mesmo objetivo, com indicação de prazos para sua implementação

2. Ao receber os referidos ofícios, a CAIXA iniciou as análises técnicas e participações em agendas com o Governo Federal para, em alinhamento com os Gestores das Políticas Públicas, prover soluções eficazes no atendimento à demanda.

3. Para tanto, considerando a necessidade de correto dimensionamento da solução, bem como de elucidar os limites a serem observados para eficácia da decisão, bem como pelo embargo de declaração apresentado pela União, a CAIXA solicitou prorrogação de prazo para posicionamento à oitiva.

II) DA ANÁLISE TÉCNICA

4. Conforme artigo 15 da Lei nº 14.601 de 19 de junho de 2023, que instituiu o Programa Bolsa Família, a CAIXA atua como agente operador e pagador do programa mediante condições pactuadas com o Governo Federal, na forma estabelecida em regulamento.

5. O entendimento do Ministério do Desenvolvimento Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre a inexistência de amparo legal, tanto no Decreto 12.604/2024, que regulamenta o programa, quanto na Lei 14.601/2023 que instituiu, para restringir a utilização dos recursos financeiros transferidos às famílias beneficiárias, sobretudo, na eventual proibição do seu uso em apostas online, não eximiu o acionamento da CAIXA para realização das análises técnicas, enquanto Agente Operador e no limite de sua competência.

5.1. Dentre os benefícios sociais pagos pela CAIXA, o Programa Bolsa Família possui a maior quantidade de famílias e pessoas atendidas, bem como também representa o maior repasse financeiro, atendendo a mais de 20 milhões de famílias e 55 milhões de pessoas, com repasses mensais superiores a R\$ 14 bilhões.

6. A CAIXA atua no pagamento de alguns programas sociais federais, a exemplo do pagamento dos programas Auxílio Emergencial, Pé-de-Meia, Bolsa Verde, Seguro-Desemprego, Abono Salarial, entre outros.

6.1. Importa esclarecer que, no caso do pagamento do Abono Salarial, os repasses são também realizados pelo Banco do Brasil, para os beneficiários do programa que são trabalhadores do setor público.

6.1.1. Importante ressaltar a existência de programas de transferência de renda que não são operados exclusivamente pela CAIXA, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada – BPC, cujo pagamento se dá na esteira dos benefícios previdenciários por toda rede bancária, fortaleceram as análises técnicas e avaliações realizadas em conjunto aos demais órgãos do Governo Federal sobre a melhor alternativa a ser implantada para atendimento à oitiva.

6.2. Nesse contexto, a CAIXA realizou análises e posicionamentos técnicos de modo a prover solução para todos os programas em que atua, bem como subsidiar tecnicamente sobre os pontos que envolveriam outras instituições financeiras.

6.3 Importa registrar que a CAIXA juntamente com representantes da Casa Civil, Ministério do Desenvolvimento Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Fazenda e Advocacia Geral da União, tem envidado esforços, por meio de agendas, para identificar a melhor forma de atendimento à referida medida cautelar.

7. Neste sentido, foi realizada análise para bloqueio das contas CAIXA que recebem recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, objetivando impedir a participação em apostas de quota fixa a partir de lista de CNPJ das empresas de apostas online (Bets).

7.1 Como resultado das análises, verificou-se que as medidas possíveis de bloqueio não atenderiam a determinação cautelar, pois, além de inefetivas, já que a aposta pode ocorrer a partir de conta do beneficiário em outra instituição financeira, recursos movimentados em espécie ou por meio de contas bancárias dos integrantes do grupo familiar enquanto beneficiários e não titulares da conta em que o benefício é creditado, também poderia gerar restrição de direitos dos beneficiários visto que as contas podem contemplar recursos com origens diversas.

7.2 Cabe ressaltar que as contas bancárias utilizadas para pagamento de benefícios sociais são contas de depósito que participam do sistema financeiro brasileiro, cuja movimentação de recursos é de livre realização pelo seu titular, de maneira que quaisquer recursos ali creditados podem ser transitados entre contas da mesma ou de outra titularidade, em qualquer instituição financeira, seja para pessoas físicas ou jurídicas, em conformidade com as regulações BACEN, sendo que eventual adequação ensejaria necessidade de adequações do ponto de vista regulatório e operacional, podendo não atender aos objetivos propostos.

8. Ressaltamos que, em especial, no Programa Bolsa Família, o valor do benefício é composto por parcelas destinadas a cada integrante do grupo familiar, 55 milhões de beneficiários, sendo o pagamento efetivado de forma unificada para o responsável familiar e titular da conta bancária, no qual a ação atingiria exclusivamente os 20 milhões de CPFs, não abrangendo os demais 35 milhões de beneficiários do programa.

8.1 Cumpre esclarecer que o modelo de pagamentos do Programa Bolsa Família prevê a modalidade de pagamento por crédito em conta que atende a, aproximadamente, 98% dos créditos de benefícios realizados e, nos casos em que não seja possível o pagamento em conta bancária, os recursos do programa social são disponibilizados em plataforma específica, chamada Plataforma Social, que atende cerca de 2% do público restante, possibilitando somente o saque integral dos recursos em espécie, nos canais de atendimento CAIXA, modalidade que não permite rastreio ou aplicação de restrição de utilização.

8.2 Esse modelo de pagamento em crédito em conta é vantajoso ao cidadão, na medida em que amplia e facilita o acesso aos recursos, em especial às famílias em maior situação de vulnerabilidade social, reduzindo os custos com deslocamentos para saques em espécie dos valores, além de centralizar as suas finanças, contribuindo para melhor controle do orçamento pelas famílias atendidas.

8.3 Em complemento à informação contida no item 7.1 de que as contas podem possuir recursos de outras origens, dados do Cadastro Único demonstram que das 20,78 milhões de famílias atendidas em novembro de 2024 pelo programa Bolsa Família, cerca de 15,8 milhões (76,1%) apresentavam alguma fonte de renda para além dos benefícios do programa.

8.4 Dessa forma, atualmente, os recursos de benefícios sociais destinados aos cidadãos, sejam eles creditados em conta bancária ou plataforma social, são de livre movimentação, em conformidade com as regulamentações BACEN.

III) DA RESPOSTA À OITIVA

9. Diante do exposto, consideramos, após as detidas análises técnicas de atendimento da determinação cautelar, que a adoção das medidas pela CAIXA, com as ferramentas atualmente disponíveis, não impediria a utilização pelos beneficiários dos referidos recursos, não alcançando o objetivo primordial da liminar.

10. Além disso, não se pode olvidar que a assunção de tais ações somente pela CAIXA poderá fomentar a transferência dos respectivos recursos a outras instituições financeiras que não foram instadas para implantar o mesmo nível de impedimentos, possibilitando que os beneficiários os utilizem para fins de apostas de quota fixa.

11. Considerando o exposto nos itens acima e a robustez das alterações sistêmicas identificadas, que impactarão meios de pagamento de alto volume de transações diárias, houve consenso, nas agendas realizadas junto aos órgãos da União, sobre a necessidade de medidas unificadas, coordenadas pelo Ministério da Fazenda junto às empresas de apostas, de forma a que o controle seja realizado independentemente do meio de pagamento ou instituição financeira realizada para realizar a aposta.

12. Por fim, a CAIXA está colaborando com o Governo Federal na construção de medida que garanta o cumprimento efetivo da determinação cautelar, sem a indevida restrição de direitos dos beneficiários, a partir de abordagem voltada aos agentes operadores de adoção

Ofício nº 0001/2025/DEGOV #PÚBLICO

apostas, uma vez que a Secretaria de Prêmios e Apostas, como órgão regulador e fiscalizador deste setor, implantaria imposição de obrigações aos agentes regulados, envolvendo o controle por meio do CPF das pessoas que recebam recursos de benefícios e programas sociais e assistenciais, impedindo a realização de apostas de quota fixa.

13. A CAIXA tem atuado de forma colaborativa e se mantém à disposição para, em alinhamento com os Gestores de Política Pública, subsidiar e construir mecanismos que possibilitem mitigar as ações danosas que afetam os beneficiários de Programa Sociais.

14. Sendo estas as considerações, a CAIXA permanece, mui respeitosamente, à disposição do Egrégio Tribunal de Contas da União - TCU.

Respeitosamente,

VIVIAN LIMA DA COSTA LOPES
Superintendente Nacional Substituta em Exercício
Benefícios Sociais

TIAGO CORDEIRO DE OLIVEIRA
Diretor Executivo
Produtos de Governo

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (Informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
www.caixa.gov.br

Ofício nº 0001/2025/DEGOV #PÚBLICO